



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

Às 14h 40min (quatorze horas e quarenta minutos) de vinte e três de outubro de dois mil e vinte e cinco, na Sede do Crea-MS, na Rua Sebastião Taveira, 268, nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a CEECA - Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura, em sua vigésima (20ª) Reunião Extraordinária, sob a Coordenação do Conselheiro Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. **1) Verificação de Quórum** Presentes os(as) Senhores(as) Conselheiros(as) Regionais: Eduardo Eudociak; Claudio Renato Padim Barbosa; Riverton Barbosa Nantes; Ricardo Haddad Lane; Armenio Ferreira; Sidiclei Formagini; Rodrigo Augusto Monteiro Dias; Osmair Jorge De Freitas Simoes; Mario Basso Dias Filho; Valter Almeida Da Silva; Luiz Henrique Moreira De Carvalho; Salvador Epifanio Peralta Barros; Ilse Elizabet Dubiela Junges. **2) Comunicados** **3) Ordem do Dia** **3.1) Relatos de Processos Administrativos** **3.1.1) Conselheiro Eduardo Eudociak** **3.1.1.1) A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Eduardo Eudociak que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa, que requer a baixa de ART nº 1320200016151, nos termos da Resolução nº 1.137/23, do Confea. Considerando que, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, verificou-se que o interessado possui os seguintes títulos e atribuições: 1) Engenheiro Sanitarista e Ambiental (formado pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco com data Colação/Formação 17/03/2015): Resoluções n.º 447/2000 e n.º 310/1986 do Confea, exceto para as atividades de recursos naturais renováveis; 2) Engenheiro de Segurança do Trabalho (formado pela Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG com data Colação/Formação 24/10/2020): artigo 4º da Resolução n. 359/91–Confea; Considerando que o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho só foi incluído no registro do profissional Bruno Pereira Carvalho Barbosa em 14/04/2021, conforme processo F2021/125525-9; Considerando, portanto, que quando do registro da ART nº 1320200016151, o interessado ainda não havia registrado o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho perante o Crea-MS; Considerando que, quando da execução das atividades constantes da ART nº 1320200016151, o interessado não possuía atribuições para execução das atividades de manutenção das medidas de segurança contra incêndio e pânico e instalação de sistemas fixos de combate a incêndio; Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando que o inciso II do art. 24 da Resolução 1.137/2023, do Confea, estabelece que a nulidade da ART ocorrerá quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; Considerando que, na sua manifestação, o requerente mencionou o art. 25 da Resolução nº 1.025/2009 do Confea, ao tratar dos casos de nulidade de ART. Entretanto, não indicou expressamente qual inciso embasaria seu pedido. Ademais, cumpre salientar que a Resolução nº 1.025/2009 foi revogada pela Resolução nº 1.137/2023, atualmente em vigor e que o requerente pleiteia a nulidade da ART; Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) Indeferimento da solicitação da Baixa de ART nº 1320200016151, solicitada pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa; 2) pela Nulidade da ART nº 1320200016151, nos termos do inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, tendo em vista a falta de compatibilidade entre as atividades técnicas descritas na ART e às atribuições profissionais do interessado à época da execução dos serviços, dando ciência ao profissional, a pessoa jurídica contratada e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.1.2) A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Eduardo Eudociak que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa, requer a baixa de ART nº 1320200021586, nos termos da Resolução nº 1.137/23, do Confea. Considerando que, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, verificou-se que o interessado possui os seguintes títulos e****





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

atribuições: 1) Engenheiro Sanitarista e Ambiental (formado pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco com data Colação/Formação 17/03/2015): Resoluções n.º 447/2000 e n.º 310/1986 do Confea, exceto para as atividades de recursos naturais renováveis; 2) Engenheiro de Segurança do Trabalho (formado pela Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG com data Colação/Formação 24/10/2020): artigo 4º da Resolução n. 359/91-Confea; Considerando que o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho só foi incluído no registro do profissional Bruno Pereira Carvalho Barbosa em 14/04/2021, conforme processo F2021/125525-9; Considerando, portanto, que quando do registro da ART nº 1320200016151, em 09.03.2020, o interessado ainda não havia registrado o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho perante o Crea-MS; Considerando que, quando da execução das atividades constantes da ART nº 13200021586, o interessado não possuía atribuições para execução das atividades de manutenção das medidas de segurança contra incêndio e pânico e instalação de sistemas fixos de combate a incêndio; Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando que o inciso II do art. 24 da Resolução 1.137/2023, do Confea, estabelece que a nulidade da ART ocorrerá quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; Considerando que, na sua manifestação, o requerente pleiteia a nulidade da ART 13200021586; Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) Indeferimento da solicitação da Baixa de ART nº 13200021586, solicitada pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa; 2) pela Nulidade da ART nº 13200021586, nos termos do inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, tendo em vista a falta de compatibilidade entre as atividades técnicas descritas na ART e às atribuições profissionais do interessado à época da execução dos serviços, dando ciência ao profissional, a pessoa jurídica contratada e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.1.3)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Eduardo Eudociak que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa, que requer a baixa de ART nº 1320200003614, nos termos da Resolução nº 1.137/23, do Confea. Considerando que, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, verificou-se que o interessado possui os seguintes títulos e atribuições: 1) Engenheiro Sanitarista e Ambiental (formado pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco com data Colação/Formação 17/03/2015): Resoluções n.º 447/2000 e n.º 310/1986 do Confea, exceto para as atividades de recursos naturais renováveis; 2) Engenheiro de Segurança do Trabalho (formado pela Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG com data Colação/Formação 24/10/2020): artigo 4º da Resolução n. 359/91-Confea; Considerando que o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho só foi incluído no registro do profissional Bruno Pereira Carvalho Barbosa em 14/04/2021, conforme processo F2021/125525-9; Considerando que, quando da execução das atividades constantes da ART nº 1320200003614, interessado não possuía atribuições para execução das atividades de manutenção das medidas de segurança contra incêndio e pânico e instalação de sistemas fixos de combate a incêndio; Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando que o inciso II do art. 24 da Resolução 1.137/2023, do Confea, estabelece que a nulidade da ART ocorrerá quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) Indeferimento da solicitação da Baixa de ART nº 1320200003614, solicitada pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa; 2) pela Nulidade da ART nº 1320200003614, nos termos do inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, tendo em vista a falta de compatibilidade entre as atividades técnicas descritas na ART e às atribuições profissionais do interessado à época da execução dos serviços, dando ciência ao profissional, a pessoa jurídica contratada e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.1.4)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Eduardo Eudociak que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa, requer a baixa de ART nº 1320200009572, nos termos da Resolução nº 1.137/23, do Confea. Considerando que, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, verificou-se que o interessado possui os seguintes títulos e atribuições: 1) Engenheiro Sanitarista e Ambiental (formado pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco com data Colação/Formação 17/03/2015): Resoluções n.º 447/2000 e n.º 310/1986 do Confea, exceto para as atividades de recursos naturais renováveis; 2) Engenheiro de Segurança do Trabalho (formado pela Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG com data Colação/Formação 24/10/2020): artigo 4º da Resolução n. 359/91–Confea; Considerando que o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho só foi incluído no registro do profissional Bruno Pereira Carvalho Barbosa em 14/04/2021, conforme processo F2021/125525-9; Considerando, portanto, que quando do registro da ART nº 1320200009572, o interessado ainda não havia registrado o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho perante o Crea-MS; Considerando que, quando da execução das atividades constantes da ART nº 1320200009572, o interessado não possuía atribuições para execução das atividades de manutenção das medidas de segurança contra incêndio e pânico e instalação de sistemas fixos de combate a incêndio; Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando que o inciso II do art. 24 da Resolução 1.137/2023, do Confea, estabelece que a nulidade da ART ocorrerá quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) Indeferimento da solicitação da Baixa de ART nº 1320200009572, solicitada pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa; 2) pela Nulidade da ART nº 1320200009572, nos termos do inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, tendo em vista a falta de compatibilidade entre as atividades técnicas descritas na ART e às atribuições profissionais do interessado à época da execução dos serviços, dando ciência ao profissional, a pessoa jurídica contratada e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.1.5)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Eduardo Eudociak que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa, que requer a baixa de ART nº 1320200003495, nos termos da Resolução nº 1.137/23, do Confea. Considerando que, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, verificou-se que o interessado possui os seguintes títulos e atribuições: 1) Engenheiro Sanitarista e Ambiental (formado pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco com data Colação/Formação 17/03/2015): Resoluções n.º 447/2000 e n.º 310/1986 do Confea, exceto para





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

as atividades de recursos naturais renováveis; 2) Engenheiro de Segurança do Trabalho (formado pela Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG com data Colação/Formação 24/10/2020): artigo 4º da Resolução n. 359/91–Confea; Considerando que o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho só foi incluído no registro do profissional Bruno Pereira Carvalho Barbosa em 14/04/2021, conforme processo F2021/125525-9; Considerando, portanto, que quando do registro da ART nº 1320200003495, o interessado ainda não havia registrado o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho perante o Crea-MS; Considerando que, quando da execução das atividades constantes da ART nº 1320200003495, o interessado não possuía atribuições para execução das atividades de manutenção das medidas de segurança contra incêndio e pânico e instalação de sistemas fixos de combate a incêndio; Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando que o inciso II do art. 24 da Resolução 1.137/2023, do Confea, estabelece que a nulidade da ART ocorrerá quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; Considerando que, na sua manifestação, o requerente mencionou o art. 25 da Resolução nº 1.025/2009 do Confea, ao tratar dos casos de nulidade de ART. Entretanto, não indicou expressamente qual inciso embasaria seu pedido. Ademais, cumpre salientar que a Resolução nº 1.025/2009 foi revogada pela Resolução nº 1.137/2023, atualmente em vigor e que o requerente pleiteia a nulidade da ART; Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) Indeferimento da solicitação da Baixa de ART nº 1320200003495, solicitada pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa; 2) pela Nulidade da ART nº 1320200003495, nos termos do inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, tendo em vista a falta de compatibilidade entre as atividades técnicas descritas na ART e às atribuições profissionais do interessado à época da execução dos serviços, dando ciência ao profissional e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.1.6)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Eduardo Eudociak que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa, requer a baixa de ART nº 1320200003492, nos termos da Resolução nº 1.137/23, do Confea. Considerando que, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, verificou-se que o interessado possui os seguintes títulos e atribuições: 1) Engenheiro Sanitarista e Ambiental (formado pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco com data Colação/Formação 17/03/2015): Resoluções n.º 447/2000 e n.º 310/1986 do Confea, exceto para as atividades de recursos naturais renováveis; 2) Engenheiro de Segurança do Trabalho (formado pela Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande - FESCG com data Colação/Formação 24/10/2020): artigo 4º da Resolução n. 359/91–Confea; Considerando que o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho só foi incluído no registro do profissional Bruno Pereira Carvalho Barbosa em 14/04/2021, conforme processo F2021/125525-9; Considerando, portanto, que quando do registro da ART nº 1320200003492, o interessado ainda não havia registrado o título de Engenheiro de Segurança do Trabalho perante o Crea-MS; Considerando que, quando da execução das atividades constantes da ART nº 1320200003492, o interessado não possuía atribuições para execução das atividades de manutenção das medidas de segurança contra incêndio e pânico e instalação de sistemas fixos de combate a incêndio; Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando que o inciso II do art. 24 da Resolução 1.137/2023, do Confea, estabelece que a nulidade da ART ocorrerá quando for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; Considerando que, na sua manifestação, o requerente mencionou o art. 25 da Resolução nº 1.025/2009 do Confea, ao tratar dos casos de nulidade de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

ART. Entretanto, não indicou expressamente qual inciso embasaria seu pedido. Ademais, cumpre salientar que a Resolução nº 1.025/2009 foi revogada pela Resolução nº 1.137/2023, atualmente em vigor e que o requerente pleiteia a nulidade da ART; Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) Indeferimento da solicitação da Baixa de ART nº 1320200003492, solicitada pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental Bruno Pereira Carvalho Barbosa; 2) pela Nulidade da ART nº 1320200003492, nos termos do inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, tendo em vista a falta de compatibilidade entre as atividades técnicas descritas na ART e às atribuições profissionais do interessado à época da execução dos serviços, dando ciência ao profissional, a pessoa jurídica contratada e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.2)** Conselheiro Ilse Elizabet Dubiela Junges **3.1.2.1)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato da Conselheira Ilse Elizabet Dubiela Junges que trata da solicitação do Engenheiro Civil ILSON DA SILVA GOES JUNIOR, que requer a baixa das ART's: 1320250095331, 1320250066036, 1320250049103 e 1320250041635. Considerando portanto, que o profissional solicitou "pedido seja indeferido e que, posteriormente, vou solicitar o cancelamento da referida ART, a fim de adequar o processo às normas vigentes do Sistema Confea/Crea, demonstrando a sua boa fé; Considerado o que dispõe o Inciso II do Art. 24. da Resolução 1137/2023 - A nulidade da ART ocorrerá quando: II – for verificado incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico a época do registro da ART, não cabendo, portanto, o cancelamento da ART. Considerando que, conforme §3º do art. 25 "O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART"; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) pelo DEFERIMENTO da Baixa ART 1320250066036, ART 1320250049103 e ART 1320250041635; 2) pelo INDEFERIMENTO da baixa da ART 1320250095331, bem como a sua nulidade, com base no inciso II do art. 24 da Resolução 1137/2023, dando ciência ao profissional, a pessoa jurídica contratada e ao contratante.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.2.2)** Processo: F202/041036-7 Interessado: Eng. Civil Fernando Gomes Camargo Assunto: Baixa de ART com Registro de Atestado **(Removido da reunião)** **3.1.2.3)** Processo: F2025/049355-6 Interessado: Eng. San. e Amb. e Seg Trab. Joao Gomes De Oliveira Neto Assunto: Baixa de ART com Registro de Atestado **(Removido da reunião)** **3.1.3)** Conselheiro João Victor Maciel de Andrade Silva **3.1.3.1)** Processo: F2025/007429-4 Interessado: Gustavo Nonato Marques Neto Assunto: Revisão de Atribuição **(Removido da reunião)** **3.1.3.2)** Processo: F2024/069305-6 Interessado: Leide Mariana Lopes de França Assunto: Baixa de ART com Registro de Atestado **(Removido da reunião)** **3.1.4)** Conselheiro Mario Basso Dias Filho **3.1.4.1)** Processo F2024/069199-1 Interessado: Marcio Flores Martinez Assunto: Baixa de ART **(Removido da reunião)** **3.1.5)** Conselheiro Osmair Jorge de Freitas Simões **3.1.5.1)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Osmair Jorge de Freitas Simões qu trata da solicitação da Engenharia Sanitarista e Ambiental Fernanda Olivo, registrada no CREA/MS sob nº 12.185, requereu a este Conselho a baixa da ART nº 1320240099626, com posterior registro de atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, referente à execução do Contrato nº





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

114/2024, firmado entre a Prefeitura Municipal e a empresa Deméter Engenharia Ltda, cujo objeto é: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NO LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS PARA FINS DE GESTÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS. Portanto, a atuação da profissional, restrita à supervisão e coordenação técnica, está de acordo com suas atribuições regulamentares, não havendo irregularidade que impeça a baixa da ART nem o registro do atestado apresentado. Considerando que as atividades descritas na ART e no atestado se referem à coordenação e supervisão técnica de equipe multidisciplinar; considerando que os serviços descritos na ART não caracterizam a execução de atividades privativas de outras modalidades; considerando a multidisciplinaridade da equipe composta por Engenheiros Civis e Eletricistas. A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pela Baixa da ART nº 1320240099626 e pelo Registro do Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, em nome da Engenheira Sanitarista e Ambiental Fernanda Olivo, tendo em vista que a documentação se encontra de acordo com a Resolução 1137/2023.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.5.2)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Osmair Jorge de Freitas Simões que trata da solicitação do Engenheiro Sanitarista e Ambiental Lucas Meneghetti Carromeu, registrado no CREA/MS sob nº 11.426, requereu a este Conselho a baixa da ART nº 1320240099354, com posterior registro de atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, em razão da execução do Contrato nº 114/2024 firmado entre a Prefeitura Municipal e a empresa Deméter Engenharia Ltda, cujo objeto é: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NO LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS PARA FINS DE GESTÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS. Portanto, a atuação da profissional, restrita à supervisão e coordenação técnica, está de acordo com suas atribuições regulamentares, não havendo irregularidade que impeça a baixa da ART nem o registro do atestado apresentado. Considerando que as atividades descritas na ART e no atestado se referem à coordenação e supervisão técnica de equipe multidisciplinar; considerando que os serviços descritos na ART não caracterizam a execução de atividades privativas de outras modalidades; considerando a multidisciplinaridade da equipe composta por Engenheiros Civis e Eletricistas. A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pela Baixa da ART nº 1320240099354 e pelo Registro do Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, em nome do Engenheira Sanitarista e Ambiental Lucas Carromeu, tendo em vista que a documentação se encontra de acordo com a Resolução 1137/2023.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.5.3)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Osmair Jorge de Freitas Simões que trata da solicitação do pela Baixa da ART nº 1320240099354 e pelo Registro do Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, em nome do Engenheira Sanitarista e Ambiental Lucas Carromeu, tendo em vista que a documentação se encontra de acordo com a Resolução 1137/2023. Portanto, a atuação da profissional, restrita à supervisão e coordenação técnica, está de acordo com suas atribuições regulamentares, não havendo irregularidade que impeça a baixa da ART nem o registro do atestado apresentado. Considerando que as atividades descritas na ART e no atestado se referem à coordenação e supervisão técnica de equipe multidisciplinar; considerando que os serviços descritos na ART não caracterizam a execução de atividades privativas de outras modalidades; considerando a multidisciplinaridade da equipe composta por Engenheiros Civis e Eletricistas. A Câmara



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pela Baixa da ART nº 1320240099630 e pelo Registro do Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, em nome do Engenheira Ambiental e Civil Jorge Justi Junior, tendo em vista que a documentação se encontra de acordo com a Resolução 1137/2023.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.5.4)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Osmair Jorge de Freitas Simões que trata da solicitação do Engenheiro Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho Wagner Alexandre Aparecido de Souza, registrado no CREA/MS sob visto nº 25.204, requereu a este Conselho a baixa da ART nº 1320240099654, com posterior registro de atestado de capacidade técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, relativo ao Contrato nº 114/2024 firmado entre a Prefeitura Municipal e a empresa Deméter Engenharia Ltda, cujo objeto é: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NO LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS PARA FINS DE GESTÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS. Portanto, a atuação da profissional, restrita à supervisão e coordenação técnica, está de acordo com suas atribuições regulamentares, não havendo irregularidade que impeça a baixa da ART nem o registro do atestado apresentado. Considerando que as atividades descritas na ART e no atestado se referem à coordenação e supervisão técnica de equipe multidisciplinar; considerando que os serviços descritos na ART não caracterizam a execução de atividades privativas de outras modalidades; considerando a multidisciplinaridade da equipe composta por Engenheiros Civis e Eletricistas. A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pela Baixa da ART nº 1320240099654 e pelo Registro do Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de Ponta Porã/MS, em nome do Engenheira Ambiental e de Segurança do Trabalho Wagner Aparecido de Souza, tendo em vista que a documentação se encontra de acordo com a Resolução 1137/2023.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.5.5)** A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Osmair Jore de Freitas Simões que trata da solicitação do Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações Pedro Rodrigues Vieira Neto, requer a baixa de ART's, sob as penas da lei, nos termos da Resolução nº 1.137/2023, do Confea. Considerando que o interessado solicitou a baixa das seguintes ARTs: 01) ART n. 1320170102413, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 18/10/2017 e se refere a projeto e execução de obra de edificação de 69,45 metros quadrados (regularização e um prédio comercial em alvenaria); 02) ART n. 1320170102377, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 18/10/2017 e se refere à elaboração de Estudo Ambiental Preliminar-EAP; 03) ART n. 1320170082015, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 23/08/2017 e se refere a projeto de desmembramento urbano; 04) ART n. 1320170080315, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 19/08/2017 e se refere a projeto e execução de obra de edificação de 69,44 metros quadrados; 05) ART n. 1320170078760, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em m Edificações, registrada em 16/08/2017 e se refere a projeto de desmembramento urbano; 06) ART n. 1320170077389, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 11/08/2017 e se refere a projeto e execução de obra de edificação de 65,50 metros quadrados; 07) ART n. 1320170077388, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 11/08/2017 e se refere a projeto e execução de obra de edificação de 65,50 metros quadrados; 08) ART n. 1320170077360, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 11/08/2017 e se refere a





Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia Estado de Mato Grosso do Sul

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

projeto e execução de obra de edificação de 65,50 metros quadrados; 09) ART n. 1320170068097, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 19/07/2027 e se refere a projeto e execução de obra de edificação de 77,81 metros quadrados; 10) ART n. 1320170061788, com título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Técnico em Edificações, registrada em 30/06/2017 e se refere a projeto e execução de obra de edificação de 57,63 metros quadrados. Considerando que, conforme a Nota Técnica nº 02/2018 – Transição CFT, do Confea, o vínculo jurídico com os profissionais abrangidos pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais se encerra em 20/09/2018; Considerando que a Nota Técnica nº 02/2018 – Transição CFT, do Confea, determinou em seu item 3.1, “a”, que em função do contido no art. 32, inciso III, da Lei nº 13.639, de 2018, caberia aos Creas no prazo de 20/09/2018, impreterivelmente entregar ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) cópia do acervo técnico de todos os profissionais (registrados e com visto no Crea) com título de técnico de nível médio, com exceção dos que compõem o Grupo Agronomia e dos técnicos de nível médio que também possuem título de nível superior, baseado na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea; Considerando que o interessado possui o título de Técnico em Edificações INATIVO no Crea-MS desde 20/08/2019, sendo que, contudo, o título de Tecnólogo em Saneamento Ambiental continua ATIVO nesse Conselho; Considerando que, conforme a legislação supracitada, não compete ao Crea-MS dar baixa nas ARTs cujas atividades técnicas são inerentes às atribuições dos “Técnicos em Edificações” desde 20/09/2018, quando se encerrou o vínculo jurídico dos técnicos industriais com o Sistema Confea/Crea; Considerando que foi baixada diligência para apresentação de ART do Engenheiro devidamente habilitado que participou do Estudo Ambiental Preliminar, cuja a ART nº 1320170102377, faz referência, haja vista a Resolução nº 313/86 do CONFEA, que estabelece que Tecnólogos só podem executar serviços técnicos, sob a supervisão de um engenheiro. Considerando que não houve manifestação do profissional. A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo INDEFERIMENTO do pedido de baixa da ART nº 1320170102377, haja vista a Resolução nº 313/86 do CONFEA, que estabelece que Tecnólogos só podem executar serviços técnicos, sob a supervisão de um engenheiro e que não foi apresentada ART do profissional que supervisionou o estudo.”. Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva, Gabriel Ozório Linhares De Mello e Maristela Ishibashi Toko De Barros. **3.1.6) Conselheiro Rodrigo Augusto Monteiro Dias 3.1.6.1) Processo: F2025/016139-1 Interessado: Luan Augusto de Freitas Assunto: Baixa de ART com Registro de Atestado (Removido da reunião) 3.1.7) Conselheiro Sidiclei Formagini 3.1.7.1) Processo: F2025/024426-2 Interessado: Natalia Akemi Ohara Assunto: Revisão de Atribuição (Removido da reunião) 3.1.8) Conselheiro Valter Almeida da Silva 3.1.8.1) A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Valter Almeida da Silva que trata da solicitação do Engenheiro Ambiental Guilherme Jauri Mazutti Michelrequer a este Conselho a baixa da ART nº 1320240099633, registrada em 19.07.2024, com posterior registro de atestado de capacidade técnica, fornecido pela prefeitura Municipal de Ponta Porã. A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo DERFERIMENTO da baixa da ART nº 1320240099633, e pelo Registro do Atestado de capacidade técnica apresentado pelo profissional Engenheiro Ambiental Guilherme Jauri Mazutti Michel, e que as atividades técnicas se referem à Condução de equipe, Coordenação, Elaboração e Supervisão e que a documentação apresentada encontra-se de acordo com o disposto no art. 64 da Resolução 1137/2023.”. Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Maristela Ishibashi Toko De Barros, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva e Gabriel Ozório Linhares De Mello. **3.1.8.2) Processo: F2024/077372-6 Interessado: Carlos Alexandre Utuari Fernandes Assunto: Baixa de ART com registro de atestado (Removido da reunião) 3.1.8.3) A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Valter Almeida da Silva que trata da solicitação da empresa interessada MEI - Microempreendedor Individual,****



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

51.585.970 – Cicero Rodrigues da Silva Filho, que requer o seu Registro Normal de Pessoa Jurídica neste Conselho, apresentando documentos constantes nos artigos 8º e 9º da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Para tanto, indica o profissional Engenheiro Civil Cleber Alessandro Ramos - ART nº 1320250120416, como Responsável Técnico, perante este Conselho. Considerando a Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Crea-MS, Decisão CEECA/MS n. 4568/2024 de 15/08/2024, que DECIDIU por manifestar-se favorável a CI n. 047/2024/DAT de 4 de junho de 2024, que estabelece procedimentos com relação à MEI - Microempreendedor Individual, no âmbito do Crea-MS, nos termos da Decisão Plenária nº PL-1748/2020 do Confea. Considerando a Decisão Plenária nº PL-1748/2020 do Confea de 30/10/2020, que DECIDIU aprovar o relatório e voto fundamentado em segundo pedido de vistas, denominada Proposta 3, na forma apresentada pelo Relator, que conclui: 1) Orientar os CREAs para não acatarem o registro de MEIs, a priori, haja vista se tratar de pessoa física com CNPJ (Parecer SUCON nº 318/2019), até que se tenha a apreciação pelo plenário do Confea do Relatório Conclusivo do GT - MEI do Confea, instituído pela Decisão PL-0953/2018, e reconduzido pela Decisão PL-0065/2019. 2) Orientar os CREAs para que, durante os seus procedimentos de fiscalização, atentem-se para as CBOs e não para os CNAEs, enquadrando os MEIs no art. 6º, alínea "a", da Lei nº 5.194/1966, quando for o caso. 3) Orientar os CREAs para que aguardem posicionamento formal do Confea em face da apreciação pelo plenário do Relatório Conclusivo do GT - MEI, a fim de possuírem condições de proceder de maneira uniforme, consoante as diretrizes emanadas no documento sobre o assunto. Considerando que, havendo o indeferimento do supracitado pedido de registro da Empresa MEI - Microempreendedor Individual, é necessário cancelar a ART nº 1320250120416, nos termos do Art. 20º da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 do Confea, que reza: Art. 20º. O cancelamento da ART ocorrerá quando nenhuma das atividades técnicas da ART forem executadas ou quando a ART tiver sido registrada em duplicidade. Considerando que, compete ao Crea-MS, cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo Crea-MS, nos termos do que dispõe o inciso I do Art. 4º do Regimento Interno do Crea-MS, aprovado pela Decisão PL-1638/2018 de 03/10/2018 do Confea. A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU pelo: 1) indeferimento do pedido de Registro da Empresa MEI - Microempreendedor Individual, 51.585.970 – Cicero Rodrigues da Silva Filho, neste Conselho, para o desenvolvimento de atividades na área de Engenharia Civil, sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Civil Cleber Alessandro Ramos - ART nº 1320250120416, amparado pelo que dispõe a Decisão CEECA/MS n. 4568/2024 de 15/08/2024, que DECIDIU por manifestar-se favorável a CI n. 047/2024/DAT de 4/6/2024 e Decisão Plenária nº: PL-1748 de 30/10/2020 do Confea. 2) pelo CANCELAMENTO da ART nº 1320250120416, amparado pelo que dispõe o Art. 20º da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Maristela Ishibashi Toko De Barros, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva e Gabriel Ozório Linhares De Mello. **3.1.8.4) A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o relato do Conselheiro Valter Almeida da Silva que trata da solicitação do Eng. Civil Emanuel Neres de Alcântara requer a baixa da ART n. 1320250108726 com registro de Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo contratante EMPREENDEMENTOS TURISTICOS - ALTO DO FORMOSO LTDA, referente ao contrato n. 0131/2024 celebrado com a empresa RODRIGUES E BARBOSA LTDA, sendo que o período de realização dos serviços: início em 17/07/2024 e término em 18/09/2024. Constatamos que a ART n. 1320250108726 foi registrada em 28/08/2025, e consta que o Contrato foi celebrado em 01.07.2024. Todavia, no Atestado de Capacidade Técnica o período de execução corresponde a: Data de início: 17/07/2024 e Data de fim: 18/09/2024, contrariando o período informado na ART 1320250108726. Em consulta ao Sistema e-Crea verificamos que a Empresa RODRIGUES E BARBOSA LTDA (razão social) e nome fantasia de STORM CONSTRUTORA LTDA foi registrada no Crea-MS no dia 20.02.2025. Diante dos fatos e, considerando que, conforme ART DE CARGO E FUNÇÃO nº 1320250019308, registrada em 07/02/2025, o vínculo do Eng. Civil Emanuel Neres de Alcântara com a Empresa RODRIGUES E BARBOSA LTDA teve início em 23.01.2025, comprovando que à época da execução dos serviços (de 17/07/2024 a 18/09/2024) o referido profissional não fazia parte da empresa, portanto não participando da execução dos serviços, como responsável técnico pela empresa;**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da 20ª Reunião Extraordinária da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura - CEECA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 23 de outubro de 2025.

Considerando que conforme art. 24 da Res. 1137/2023, A nulidade da ART ocorrerá quando: III – for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado; Considerando que, conforme §3º do art. 25 “O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART”; Considerando que, de acordo com o art. 25 da Resolução 1.137/2023, do Confea, a câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART; A Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura DECIDIU por: : 1) INDEFERIMENTO da solicitação de baixa da ART nº 1320250108726, com posterior registro do atestado de capacidade técnica em nome do profissional Engenheiro Civil Emanuel Neres de Alcântara, tendo em vista que os dados do atestado estão incompatíveis com os constantes da ART, contrariando, portanto, o disposto no §1º do art. 64 da Resolução 1137/2023; 2) Pela nulidade da ART nº 1320250108726, nos termos do inciso III do art. 24 da Resolução 1137/2023, porém após o trânsito em julgado da decisão desta câmara especializada, dando conhecimento às partes.". Coordenou a votação o(a) Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira De Carvalho. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Rodrigo Augusto Monteiro Dias, Ilse Elizabet Dubiela Junges, Mario Basso Dias Filho, Osmair Jorge De Freitas Simoes, Salvador Epifanio Peralta Barros, Claudio Renato Padim Barbosa, Riverton Barbosa Nantes, Valter Almeida Da Silva, Maristela Ishibashi Toko De Barros, Armenio Ferreira, Eduardo Eudociak, Sidiclei Formagini e Ricardo Haddad Lane. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): João Victor Maciel De Andrade Silva e Gabriel Ozório Linhares De Mello. **4)** Extra Pauta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador Eng. Civ./Eng. Seg. Trab. Luiz Henrique Moreira de Carvalho encerrou os trabalhos às 15h50min (quinze horas e cinquenta minutos). E para constar, eu Riverton Barbosa Nantes, Coordenador Adjunto da Câmara, fiz digitar a presente Súmula que após lida e aprovada e será assinada por mim e demais membros presentes à reunião, de conformidade com o art. 72, do Regimento do CREA-MS. *****

Súmula aprovada na 567ª Reunião Ordinária de 13 de novembro de 2025.

